



A promoção da agrobiodiversidade em territórios camponeses frente ao agronegócio no Sertão Nordeste

Maria Gabriela Freire Lins. Mestranda pelo Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); E-mail: maria.lins@unesp.br.
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7146250311132598>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0763-668>;
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha. Docente; Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT); E-mail: <http://lattes.cnpq.br/6596625386629962>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>.

Linha de Pesquisa: III – Transições Socioecológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos

1 Introdução

Ao longo da história, várias definições foram dadas ao que é o Sertão, as quais, em geral, caracterizam essa área como sendo árida, pouco povoada e pobre, sob um olhar depreciativo. Essa perspectiva pouco aprofundada foi construída desde o período da colonização, a partir da ótica do colonizador. De outro lado, tecnicamente, este território é tido como uma sub-região do nordeste, sendo o seu clima predominantemente semiárido (Teixeira, 2016). De acordo com Castro (2022, p. 173), a área do Sertão do Nordeste corresponde ao:

Clima tropical, seco, com chuvas escassas e principalmente irregulares. Com uma temperatura média elevada o ano inteiro, associada a baixos graus de umidade relativa do ar, dos mais baixos do país, tomando o clima saudável, isento de inúmeras doenças tropicais, condicionadas pelo excesso de umidade do solo e do ar.

Ao ser descrito no período da colonização brasileira, o Sertão foi rodeado de mitos que incentivaram a exploração dos povos e da biodiversidade local (Rêgo, 2016). Entretanto, é nesse território diverso que práticas e teorias populares e agroecológicas, a partir da observação da natureza e da convivência com ela, são construídas.

A difusão desse pensamento dominador resultou em uma série de ações desenvolvimentistas e de exploração que causaram o povoamento sem regulamentação durante o período colonial. Travou-se guerras contra os povos originários que ali habitavam, forçando-os a se afastarem de seus territórios ou exterminando-os. Assim, o Sertão foi tomado por grandes fazendas, fundadas na agropecuária extensiva, relações familiares e com trabalhos não assalariados. Com isso e com o avanço truculento da imposição do Estado-nação, muitos conflitos e revoltas ocorreram na região e, posteriormente, avançaram para o extermínio de pessoas que estavam fora dos domínios das grandes fazendas (Teixeira, 2016).

2 Referencial teórico

Atualmente, a forma que o capital age é objetivando sua hegemonia, para isso, segundo Marx (2013), ele procura promover a acumulação de riqueza, o controle dos meios de produção, resultando nas desigualdades sociais, mas também na exploração da força de trabalho. No que se refere à natureza, há a uniformização dos processos e dos alimentos, fazendo com que as pessoas não se reconheçam dentro de seus territórios e afastem-se do conhecimento que os povos têm sobre o ambiente. Nesse processo, a natureza perde seu valor de uso e apenas é entendida através de seu valor de troca, o qual é atribuído pelo mercado, a classe dominante.

Isso ocorre também no Sertão nordestino, o qual experimentou várias fases de esgotamento de seus bens naturais. A exploração sem entraves, ao longo dos anos, passou pela modificação da paisagem de várias formas, de acordo com o tipo da produção, mas que favoreceram a concentração de renda e/ou poder. Cunha (1902), em seu livro “Os Sertões”, fala sobre como foi o avanço da pecuária nesse lugar, mostrando como essa atividade causou a transformação da paisagem para favorecer a criação do gado, dando lugar às grandes fazendas e suas pastagens uniformes.

Esse processo de dominação traz um cenário alarmante sobre a manutenção da vida no planeta, já que dependemos diretamente da biodiversidade e de sua agrobiodiversidade para a garantia da sobrevivência. É nesse sentido que Vandana Shiva (1997), de forma geral, alarma sobre como o cenário conduzido pela visão dominante capitalista, na qual a natureza é entendida apenas enquanto matéria-prima, tem levado a uma exploração desenfreada dos ecossistemas no mundo e, como consequência, tem-se a perda da biodiversidade e de habitats naturais, bem como a desvalorização dos conhecimentos tradicionais.

Entende-se que é necessário debater sobre a agroecologia e a manutenção da agrobiodiversidade, a questão alimentar e como esse debate é de extrema importância para a vida das famílias camponesas no Sertão nordestino. Portanto, este artigo tem por objetivo

analisar as estratégias do agronegócio que rejeitam a proteção da agrobiodiversidade e o fortalecimento da soberania alimentar no Sertão nordestino, bem como apresentar e ressaltar a importância do trabalho de grupos que resistem ao apagamento através de práticas agroecológicas e populares.

3 Metodologia

As atividades impostas pelo sistema hegemônico para a sua manutenção forçaram a construção de um espaço sertanejo em seu benefício e que suprime a soberania dos povos. Nesse aspecto, os povos e comunidades tradicionais tiveram que se reinventar para permanecer vivos e, muitas vezes, ceder a outro tipo de vida postulado pelo sistema. A fim de investigar a promoção da agrobiodiversidade em territórios camponeses frente ao agronegócio no sertão nordestino, serão discutidas três publicações neste tópico que subsidiam a prerrogativa de que o agronegócio se apresenta para causar a obliteração das expressões populares camponesas.

Nesse sentido, este resumo baseia-se em uma análise de literatura, a qual é feita a partir do artigo “Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro” de Vinha e Fernandes (2019), mas também do capítulo “O regime alimentar corporativo” do livro “Regimes alimentares e questões agrárias” de McMichael (2016) e, por fim, do livro “La insostenible Agricultura 4.0” de Mooney (2019). As três análises são feitas a fim de mostrar como isso interfere na manutenção da agrobiodiversidade e do modo de vida camponês. Ao final, são apresentadas as estratégias de como os povos tentam escrever as linhas de sua história para se manterem vivos.

4 Resultados e Discussão

É preciso entender que há uma disputa que abarca questões físicas, simbólicas e intelectuais, de acordo com Vinha e Fernandes (2019). Essa disputa, segundo os autores, é protagonizada por duas visões antagônicas e entendê-las auxilia na análise de como o sistema se projeta na vida das famílias que vivem no campo e na sociedade como um todo.

Dessa forma, os autores trazem a perspectiva de que os estudos geográficos podem se guiar por diferentes lentes e, nessa perspectiva, tem-se o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Segundo eles, no PQA se entende a realidade a partir da luta de classes, do entendimento na conflitualidade entre às relações capitalistas e não capitalistas de produção, assim, reconhece-se o campesinato como uma possibilidade. Já no PCA, entende-se que a organização camponesa tem que se render aos moldes do capitalismo

para prosperar, concluindo-se que há apenas um modelo para o campo, aquele que garante a hegemonia do sistema dominante.

Nesses paradigmas, de um lado está o agronegócio, que é a maior expressão do capitalismo, e, de outro, o campesinato com a agroecologia, que promove a agrobiodiversidade e considera os saberes populares. Assim, à medida que o agronegócio se apresenta de forma estratégica modificando a soberania dos povos sobre o direito de plantar aquilo que necessitam para se alimentar, o campesinato e a agroecologia vem se construindo na possibilidade de aproximar e fortalecer os povos em prol de sua soberania alimentar. Essa, segundo a Via Campesina (1996, p. 1), em livre tradução do inglês, é entendida como “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva”.

Um dos objetivos do PCA, segundo Felício (2006), é que o campesinato se transforme em agricultura familiar e distancie as pessoas camponesas dos saberes da terra. Por isso, é necessário valorizar trabalhos críticos, na perspectiva do PQA, que fomentem a construção de saberes coletivos entre os povos e comunidades e fortaleçam o entendimento da questão agrária, pois é esse que vai possibilitar o debate sobre a promoção da vida no campo e a superação do PCA.

Em outra análise, na dimensão alimentar, de acordo com McMichael (2016), a sociedade já passou por três regimes, sendo: o Colonial, o Industrial e o Corporativo. Ele discorre que o Sistema Alimentar Corporativo, ou terceiro regime alimentar, é caracterizado pelo controle de uma pequena quantidade de corporações transnacionais, as quais dominam cadeias de suprimento agroalimentar da produção/produtor(a) até o(a) consumidor(a) final. Esse regime favorece o avanço do neoliberalismo juntamente com o agronegócio, pois coloca o mercado em primeiro lugar ao invés dos Estados, gerando a chamada monopolização do mercado. Isso impacta negativamente nas economias e biodiversidades locais, gerando insegurança alimentar e aumento das desigualdades sociais.

Assim, ainda segundo McMichael (2016), a agricultura e a circulação de alimentos são totalmente dependentes de qual Estado está exercendo sua dominação a nível global. Quando essa dominação muda, o sistema alimentar muda também e isso interfere a vida nos diferentes territórios. Em escala mundial, o regime alimentar corporativo vem espoliando as pequenas produtoras ou as camponesas, para garantir que a riqueza seja concentrada em um seleto grupo de pessoas. A soberania alimentar, neste processo, é impactada, já que as pessoas não são a prioridade do neoliberalismo e seu regime alimentar corporativo.

Outra questão a ser entendida é o avanço das tecnologias 4.0 no campo, que fazem parte da estratégia chamada de Agricultura 4.0, a qual vem avançando e modificando o mundo completamente. De acordo com Mooney (2019), esse conjunto de tecnologias digitais é composto pelos seguintes elementos: big data (dados massivos) e suas plataformas, robótica, inteligência artificial, internet das coisas (IoT) e biotecnologia. Segundo o autor, o uso dessas tecnologias e dos dados garantem a concentração de riquezas sob o domínio de grandes corporações do setor agropecuário, porque a relação de dominação sobre o sistema alimentar é proporcional à quantidade de dados. Assim sendo, quanto mais dados uma empresa tem, mais ela entende sobre a concorrência e pode superá-la.

Ainda segundo Mooney (2019), uma grande problemática enfrentada com o uso dessas tecnologias é que, sejam as pessoas pequenas, médias ou grandes produtoras rurais, ou sejam camponesas, ou até mesmo a natureza e sua biodiversidade local, com o avanço das tecnologias 4.0, serão afetadas e tendem a ser exterminadas pelo processo hegemônico que planeja garantir que o controle esteja sob o domínio das grandes corporações.

Segundo a Convenção sobre Diversidade Biológica (2024), a biodiversidade agrícola ou a agrobiodiversidade fornece alimentos, renda e matéria prima para as múltiplas necessidades dos seres vivos, tendo diversos benefícios, todos essenciais para a sobrevivência humana. Portanto, a agrobiodiversidade também engloba a variedade e variabilidade de animais, plantas e microorganismos que se relacionam com a produção de alimentos e a agricultura.

Ainda de acordo com Mooney (2019), considerando o sistema alimentar como um todo, a biodiversidade pode ser suprimida através, por exemplo, das sementes, já que são primordiais para a produção de alimentos. A partir da utilização de boas sementes com potencial de multiplicação, é possível se obter uma boa produção. Entretanto, o setor das sementes vem sendo marcado pelo domínio principalmente de quatro grupos, depois de megafusões, sendo: Bayer (fusão Bayer e Monsanto), Corteva Agriscience (fusão Dow e DuPont), Sinochem (fusão ChemChina y Syngenta) e BASF.

Esses grupos dominam as genéticas das sementes e, através dos dados, tendem fomentar o uso de genéticas específicas, aquelas que estão patenteadas e sob o controle das próprias corporações. Assim, esse mercado das sementes apresenta uma situação crítica que acentua as desigualdades na cidade e no campo, pois impede o direito de famílias camponesas de reproduzir, guardar e trocar suas próprias sementes (sementes crioulas), fragilizando a soberania alimentar dos povos.

Nesse aspecto, é possível perceber que o sistema capitalista, o agronegócio e sua agricultura 4.0, apesar de apresentarem um discurso que traz soluções para enfrentar a fome no mundo e garantir a produção de alimentos de forma variada para toda a população, não consegue alcançar isso. A biodiversidade e, mais especificamente, a agrobiodiversidade não são priorizadas. É dessa forma que, como Mooney (2019) reforça em seu texto, esse modelo de agricultura capitalista impulsiona ainda mais as crises enfrentadas atualmente.

Portanto, a promoção da agrobiodiversidade é dificultada pela tentativa de domínio também imposta pelo Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Assim como vem acontecendo em diversos territórios em todo o mundo, no Sertão nordestino não é diferente. Entende-se que o avanço do capital no Sertão se dá e cresce de forma a se reafirmar como a única possibilidade de um único modelo para esse território, o capitalista.

Disfarçado em um discurso que fala em sustentabilidade para o planeta, o regime alimentar corporativo, de acordo com McMichael (2016), só vem fortalecer o processo de hegemonia do capital, com a exploração da natureza e da sociedade. No Brasil, como reforçam Fernandes, Moser e Schappo (2024), evidencia-se que o direito à alimentação ocorre de forma heterogênea, marcado por “desigualdades de gênero, raça, classe, geracionais e territoriais/regionais”.

5 Conclusões

A partir dos três textos analisados, entende-se que agrobiodiversidade não é somente uma dimensão não priorizada, mas é desprezada pela agricultura 4.0. O sistema dominante não tem como objetivo a conservação e preservação de genéticas de alimentos locais que garantem a subsistência dos povos em seus territórios, mas sim a homogeneização dos povos, de suas produções, de seus alimentos e de suas culturas, bem como tem o interesse de garantir a dominação das grandes corporações responsáveis por engendrar o regime alimentar corporativo.

Para superar as imposições do regime privado nas áreas mais vulneráveis, como é o caso do Sertão nordestino, é necessário avançar na valorização das alternativas que favorecem a produção de alimentos e que entendem a priorização da relação das pessoas camponesas com a natureza. É nesse sentido que Altieri (1995) também defende a necessidade da valorização das práticas e conhecimentos locais dos camponeses. Segundo ele, valorizar a agroecologia é importante para garantir a proteção da biodiversidade, amenizar os efeitos sofridos pela crise climática e garantir sistemas alimentares sustentáveis.

Apesar da pressão que o sistema capitalista exerce sobre os territórios para a supressão das técnicas populares, algumas pesquisas no Sertão nordestino apresentam possibilidades de proteção da agrobiodiversidade. Como descrevem Jalil e Oliveira (2019), é o caso das mulheres que conduzem experiências de utilização de cadernetas agroecológicas, a partir de seus quintais produtivos, em que registram uma biodiversidade nativa enorme, garantindo a conservação de variedades genéticas locais.

Outra experiência, descrita por Teixeira e Pires (2017), é através dos roçados agroecológicos que se tem uma alternativa de garantir sistemas de cultivo mais saudáveis, os quais integram as práticas e conhecimentos locais, a partir dos princípios agroecológicos. Nesses locais são plantadas sementes e mudas adaptadas à seca, com diversos benefícios para o solo e com benefícios socioeconômicos para as famílias agricultoras.

Como ratifica Vinha e Fernandes (2019), deixado em segundo plano pelo sistema capitalista, o campesinato se apresenta de fato como uma possibilidade de vida no campo, sendo ele responsável por promover a agroecologia e a agrobiodiversidade nos territórios. Através dele, é possível debater sobre a valorização e a construção de territórios mais saudáveis.

Assim sendo, a valorização de territórios camponeses que promovam, protejam e conservem a agrobiodiversidade no Sertão nordestino é importante para que a região possa manter características que favoreçam a vida dentro do clima semiárido. Isso só é possível quando há o respeito pelos povos e características locais, bem como quando há o entendimento acerca das questões agrárias. Para isso, é necessário romper com o avanço do agronegócio que, ao contrário, busca suprimir as vidas camponesas.

6 Referências

- ALTIERI, Miguel. **Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture**. CRC Press, 1995.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço**. Todavia, 2022.
- CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. **Agrobiodiversity**. Disponível em: <<https://www.cbd.int/agro/>>. Acesso em: 7 jul. 2024.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1902.
- FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, 2006.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane; SCHAPPO, Sirlândia. **Fome e desigualdade social no Brasil: desafios para a segurança alimentar e nutricional e a atualidade do pensamento de Josué de Castro**. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. 2024.

JALIL, Laetícia; SILVA, Luana Cristine; OLIVEIRA, Jannah. **Caderneta agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade**. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, v. 2, n. 15, p. 98-125, 2019.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo/Porto Alegre: Unesp/UFRGS, 2016.

MOONEY, Pat. **La insostenible Agricultura 4.0. Digitalización y poder corporativo em la cadena alimentaria**. Berlin: ETC Group, 2019.

RÊGO, André Heráclio do. **O sertão e a geografia**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, p. 42-66, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p42-66>> Acesso em: 07 jul. 2024.

SHIVA, Vandana. **Biopiracy: The Plunder of Nature and Knowledge**. Boston: South End Press, 1997.

TEIXEIRA, Cecilia Tayse Muniz; PIRES, Maria Luiza Lins Silva. **Análise da relação entre produção agroecológica, resiliência e reprodução social da agricultura familiar no Sertão do Araripe**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 55, p. 47-64, 2017.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. **O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 03, p. 769-797, 2016.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access land: position of Via Campesina on Food Sovereignty**. Presented at the World Food Summit. Roma, 1996.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro**. Terra Livre, v. 1, n. 52, p. 163-189, 2019.